

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.694.516 - RS (2017/0212875-3)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL**  
**RECORRIDO : MARIA ELENA MELLO OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : ADALBERTO LIBÓRIO BARROS FILHO - RS031340**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO. EXAME PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 92):

TRIBUTÁRIO. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. NÃO CONHECIMENTO DO APELO.

Não se conhece do recurso de apelação na hipótese em que as razões nele veiculadas se limitam a alegações de cunho genérico, sem infirmar os fundamentos adotados quando da prolação da sentença.

Embargos de declaração rejeitados às fls. 112-115.

O recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos artigos 11, 1.010, 1.013, 489, §1º e 1.022, todos do CPC/15, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia e que “a utilização de razões remissivas no arrazoado recursal é estratégia plenamente aceita pela jurisprudência, desde que tais razões não sejam dissociadas da matéria discutida na decisão recorrida.” (fl. 129).

Contrarrazões às fls. 149-153.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 156.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Afasta-se, ainda, a alegada ofensa aos artigos 489, § 1º, IV, do CPC/2015, pois a Corte de origem prestou a tutela jurisdicional por meio de fundamentação jurídica que condiz com a resolução do conflito de interesses apresentado pelas partes, havendo pertinência entre os fundamentos e a conclusão do que decidido. A aplicação do direito ao caso, ainda que através de solução jurídica diversa da pretendida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No mais, a corte de origem assim se pronunciou em seu voto sucinto às fls. 90-91:

Analisando a apelação interposta, pode-se verificar que a União Federal limita-se a transcrever os argumentos da petição inicial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, tratando-se de recurso genérico, que não ataca diretamente a decisão prolatada - **que, inclusive, acolheu a tese da União e reconheceu a existência de excesso de execução, ofende ao disposto no art. 1.010, III, do CPC, motivo pelo qual não merece ser conhecido.**

Ante o exposto, voto por negar provimento ao apelo.

Ocorre que o recorrente não impugnou a fundamentação basilar do acórdão recorrido de que **a decisão prolatada acolheu a tese da União e reconheceu a existência de excesso de execução** nas razões do recurso especial que, por si só, assegura o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Aplica-se ao caso a Súmula 283/STF.

Por fim, segundo entendimento desta Corte a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/3/2017; AgInt no REsp 1.343.351/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/3/2017.

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator